

**Entrevista - Eliseu Martins**

O professor Eliseu Martins, da USP, fala sobre a importância dos cursos de pós-graduação que estão sendo realizados em convênio com o CFC. (Páginas 6 e 7)



**Editorial**

**Pág. 2**

**Cartas**

**Pág. 2**

**Notícias Contábeis**

**Pág. 4**

**Calendário Contábil**

**Pág. 4**



# JORNAL DO CFC

ANO 4, Nº 44, DEZEMBRO DE 2001

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

## CFC luta no Congresso contra novos impostos

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da ação direta de seu presidente, José Serafim Abrantes, de técnicos e conselheiros, está presente no Congresso Nacional defendendo os interesses da Classe Contábil. Em novembro, o presidente Serafim e assessores fizeram solicitação ao deputado Pedro Eugênio (PT-PE), relator do PL nº 1.034/99 na Comissão de Finanças e Tributação, para que evite a aprovação da proposta. O Projeto altera o tratamento tributário aplicável aos lucros distribuídos e ao pagamento de juros sobre o capital próprio, sujeitando-os a pagamento de 15% de imposto na fonte.

A conselheira do CFC Marta Arakaki, presente ao encontro, lembrou ao deputado que o atual tratamento de isenção dos lucros distribuídos por pessoas jurídicas representou um avanço na legislação tributária brasileira.

Uma decisão sobre este projeto só deverá ser tomada depois de o Congresso concluir o debate sobre a nova tabela do Imposto de Renda, informou o deputado.

Outro projeto que o CFC está acompanhando com bastante interesse na Câmara diz respeito à universalização do Simples. O deputado Pedro Eugênio defende a extensão do Simples a todas as empresas de serviços, mas está encontrando pela frente uma forte oposição do INSS, que, segundo o Ministério da Previdência, teria uma queda na arrecadação com a universalização do Simples.

Enquanto isso, o Supremo Tribunal Federal estuda uma ADIn, interposta pelo PSDC e pela Fenacon, contra a exclusão das empresas de serviços do Simples. Os detalhes desta luta empreendida pelo CFC estão na página 11.



O presidente Serafim conversa com o deputado Pedro Eugênio

### TCU PODE LIBERAR CONSELHOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Tramita no Tribunal de Contas da União Projeto de Instrução Normativa que isenta os conselhos de fiscalização profissional da prestação de contas anual.

A proposta foi apresentada pelo ministro Adylson Motta e combina com o pensamento do Conselho Federal de Contabilidade, que defende de longa data mudanças nos conselhos de fiscalização.

O ministro argumenta que, embora os conselhos administrem valores, o tempo gasto para análise de suas contas corresponde a 80% do tempo

que é gasto pelos auditores para analisar as contas dos ministérios.

Para substituir a prestação de contas, o ministro defende que os conselhos passem a ser fiscalizados por auditorias ou inspeções realizadas por iniciativa própria ou do Congresso.

Em ofício encaminhado ao TCU, o Conselho Federal de Contabilidade defende que os controles dos gastos fique sob a responsabilidade dos próprios conselhos. Neste caso, as entidades teriam de manter à disposição toda a documentação para futuras consultas ou inspeções. (Página 3)



**Nova Lei das S.A., já sancionada, dá mais direitos aos acionistas minoritários e aumenta os poderes da Comissão de Valores Mobiliários. Apesar da boa repercussão, o Governo vetou 17 artigos da Lei aprovada pelo Congresso. (Página 9)**

Leia ainda:

- **Conselhos de Contabilidade renovam 2/3 das composições plenárias. (Página 3)**
- **Já está em vigor Resolução do CFC que determina o controle externo de qualidade das empresas. (Página 5)**
- **Aplicar bem a LRF não significa negar reajustes salariais aos funcionários das prefeituras. (Página 5)**
- **Empresas de serviços debatem desenvolvimento social durante convenção nacional no Recife. (Página 3)**

## CFC EDITORIAL

## Da educação à universalização do Simples

&gt; José Serafim Abrantes (\*)

A edição do **Jornal do CFC** deste mês está recheada de boas notícias, começando pela entrevista com o professor Eliseu Martins, da USP, sobre a importância dos cursos de pós-graduação em Contabilidade que estamos promovendo para profissionais e professores de todo o País. Educação é, ainda, o tema de artigo de minha autoria, que fala sobre o trabalho do MEC e a importância de um ensino de qualidade para todos os profissionais da Classe Contábil.

Estamos mostrando, também, o resultado de nossa entrevista com o deputado Pedro Eugênio, do PT pernambucano, para quem pedimos que interceda contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 1.034/99, que altera o atual tratamento tributário aplicável aos lucros distribuídos das empresas. O deputado é relator da matéria na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, e tudo fará para impedir a criação de mais um imposto, como se não bastassem os que já pagamos. Neste assunto, estamos, também, com bastante esperança de até meados do próximo ano aprovar a universalização do Simples, fazendo-o chegar às empresas de serviços.

Ainda no campo tributário, o **Jornal do CFC** faz um balanço da nova Lei das S.A., sancionada no final de outubro. Outro tema de bastante interesse para os Contabilistas, que é o controle externo para auditorias, também é assunto de análise nesta edição.

Vamos falar sobre um aspecto da Lei



de Responsabilidade Fiscal, que me parece ainda pouco divulgado. Muitos prefeitos brasileiros ainda pensam que aplicar bem a Lei de Responsabilidade Fiscal significa não ter condições de reajustar os salários de seus funcionários. Mostramos como isto pode ser feito.

Também mostramos que o Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal, publicado pelo CFC, é um dos conteúdos mais acessados pelos que procuram o endereço do BNDES na internet.

Para quem não sabe, o Guia do CFC já está em sua quarta edição.

E, na última página desta edição, mostramos como foram as visitas que Contabilistas e estudantes fizeram ao prédio do CFC, em Brasília. Uma boa leitura.

\* é presidente do CFC

## CFC CARTAS

## EDUCAÇÃO CONTINUADA

“Colegas: toda administração realmente preocupada com a valorização e promoção cultural, seja qual for sua esfera de atuação, deve realizar investimentos específicos para este fim, quer em sua entidade, em seu município, em seu estado, e assim por diante, não importando, em suma, a sua dimensão, mas, sim, as pessoas que dela fazem parte. Temos visto, felizmente, muitos projetos voltados a elevar a cultura em nosso País, e todos eles, sem dúvida, são merecedores de nossos aplausos. O Conselho Federal de Contabilidade, sob o comando do Presidente José Serafim Abrantes, é um exemplo de entidade que tem realizado grandes projetos e estimulado os Conselhos Regionais a empreendê-los.

O Plenário do CRCRS aprovou a Resolução CFC nº 394, que dispõe sobre as condições e critérios para concessão de apoio institucional e financeiro a instituições de ensino da Contabilidade do nosso estado na realização de cursos destinados, exclusivamente, a profissionais da Contabilidade. Às instituições de ensino que atenderem aos requisitos estipulados na Resolução, o CRCRS poderá conceder apoio financeiro na implementação desses cursos, com o que poderá ser propiciada a redução do custo dos valores a serem pagos pelos alunos.

Este é, pois, mais um passo

**Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões, sugestões e pedidos serão bem-vindos. Os editores.**

Conselho Federal de Contabilidade – SAS - Quadra 5 - Bloco J - Ed. CFC  
Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547 – Cep 70070-920 - Brasília-DF  
e-mail: comsocial@cfc.org.br

direcionado à elevação cultural da Classe Contábil gaúcha, a par da inauguração do Centro de Cultura Contador Dr. Olivio Koliver. Ações como estas são criadas com um único propósito: gerar serviços e benefícios para os Contabilistas do Rio Grande”.

**Contador José João Appel Mattos  
Presidente do CRCRS**

## AGRADECIMENTOS

“Venho agradecer pelo recebimento do **Jornal do CFC** pela primeira vez em minha residência. Após ter lido tal publicação, referente ao mês de junho de 2001, fiquei muito mais orgulhosa da profissão que escolhi. Estou cursando o quarto semestre de Ciências Contábeis na Universidade Católica de Salvador (Ucsal) e acredito que as mudanças culturais das quais necessitamos na nossa profissão começarão, com mais ênfase, nos novos profissionais universitários. Quero expressar meu desejo de, a partir desta data, sempre receber este qualificado e reconhecido jornal. Espero que, por meio dos estímulos e informações do **Jornal do CFC**, eu possa contribuir para esta nova fase da Contabilidade e que a cada dia me torne mais motivada ao estudo”.

**Ana Lúcia Gusmão  
Salvador-BA**

## CFC EXPEDIENTE

JORNAL DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC  
BRASÍLIA - DF  
ANO 4 - NÚMERO 44 - DEZEMBRO DE 2001

## Plenário do CFC

## Presidente

José Serafim Abrantes

## Vice-presidente de Administração

Delza Teixeira Lema

## Vice-presidente Operacional

José Martônio Alves Coelho

## Vice-presidente de Controle Interno

Daniel Salgueiro da Silva

## Vice-presidente de Registro e Fiscalização

Alcedino Gomes Barbosa

## Vice-presidente Técnico

Olivio Koliver

## Conselheiros Efetivos

Contador Alcedino Gomes Barbosa  
Contador Antonio Carlos Morais da Silva  
Contador Daniel Salgueiro da Silva  
Contadora Delza Teixeira Lema  
Contador Dorgival Benjão da Silva  
Contador José Martônio Alves Coelho  
Contador José Serafim Abrantes  
Contador Olivio Koliver  
Contador Raimundo Neto de Carvalho  
Contador Washington Maia Fernandes  
Téc. Cont. Gil Nazareno Losso  
Téc. Cont. Marta Maria Ferreira Arakaki  
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega  
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes  
Téc. Cont. Waldemar Ponte Dura

## Conselheiros Suplentes

Contador Edilton José da Rocha  
Contador Francisco de Assis Azevedo Guerra  
Contador Gastão Brock  
Contador João Batista Lobato  
Contador Jomar da Silva Marques  
Contador José Antonio de Godoy  
Contador Liduíno Cunha  
Contadora Maria do Socorro Bezerra Mateus  
Contador Solindo Medeiros e Silva  
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior  
Téc. Cont. Edeno Teodoro Tostes  
Téc. Cont. Gaitano Laertes P. Antonaccio  
Téc. Cont. José Augusto Costa Sobrinho  
Téc. Cont. Luilson Gomes da Silva  
Téc. Cont. Windson Luiz da Silva

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE  
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC  
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033  
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF  
Endereço eletrônico: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)  
e-mail: [cfc@cfc.org.br](mailto:cfc@cfc.org.br)

## JORNAL DO CFC

SUPERVISÃO EDITORIAL: AP Vídeo Comunicação Ltda.  
JORNALISTA RESPONSÁVEL: Marccio W. Varella -  
MTb 108/2/20  
PROJETO GRÁFICO: Anagraphia Design  
e-mail: [comsocial@cfc.org.br](mailto:comsocial@cfc.org.br)  
Brasília-DF  
Ano 4 - Número 44  
Dezembro de 2001  
Tiragem: 66.000 exemplares



**CFC TRANSPARÊNCIA****TCU estuda como liberar Sistema CFC/CRCs da prestação anual de contas**

O Conselho Federal de Contabilidade defende há muito tempo mudanças no procedimento de prestação de contas dos conselhos de fiscalização profissional. Embora considere a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) imprescindível, já que funciona como uma chancela para as entidades, o CFC defende que os conselhos devem obedecer a uma sistemática diferente da que é aplicada aos órgãos públicos.

Essa posição foi reiterada, inclusive, em um ofício encaminhado ao TCU, no qual o CFC defende que o controle dos gastos fique sob a responsabilidade dos próprios conselhos, sendo que as entidades teriam que manter toda a documentação para futuras consultas ou inspeções, sempre que isso fosse necessário. Essa questão também foi tema de reuniões entre o vice-presidente de Controle Interno do CFC, Daniel Salgueiro e o presidente do TCU, Humberto Souto.

Outra proposta do CFC, para tornar ainda mais transparente este processo, é

a constituir uma comissão formada por representantes dos conselhos de fiscalização profissional sob a coordenação do TCU. Caberia a essa comissão estabelecer procedimentos uniformes a serem adotados por todos os conselhos.

O entendimento vigente no TCU é pela manutenção do sistema atual, que prevê a prestação de contas anual. O argumento que sustenta essa posição é o fato de a anuidade paga pelo profissional ser compulsória, o que caracterizaria os valores arrecadados como recursos públicos.

**PROPOSTA DE ISENÇÃO**

Dentro do próprio Tribunal de Contas da União começam a surgir entendimentos discrepantes, e já tramita na casa um Projeto de Instrução Normativa que isenta os conselhos de fiscalização profissional da prestação de contas anual. A proposta foi apresentada pelo ministro Adylson Motta. O ministro argumenta

que, embora os conselhos administrem valores, em comparação com os recursos movimentados pelo Ministério do Trabalho, de apenas 1%, o tempo gasto para análise das contas dessas entidades corresponde a 80% do que é gasto pelos auditores para analisar as unidades do ministério.

Para substituir a prestação de contas, o ministro Adylson Motta defende que os conselhos passem a ser fiscalizados mediante procedimentos de auditoria ou inspeções, realizadas por iniciativa própria ou do Congresso Nacional e sempre que provocados por denúncias ou representações.



O Contador Daniel Salgueiro da Silva

**CFC EMPRESAS DE SERVIÇOS****Encontro debate desenvolvimento social**

Reforma tributária, burocracia, exclusão social, qualidade de vida e o papel das empresas de serviço no desenvolvimento do País foram os principais temas debatidos durante a 1ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas.

O encontro foi realizado entre os dias 25 e 27 de novembro nos salões do Centro de Convenções do Recife-PE. Paralelamente, foi realizada a 9ª Convenção Nacional das Empresas de Serviços Contábeis. Os dois encontros

foram promovidos pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), e pelo Sescon-PE.

Presentes à abertura das convenções, o presidente do CFC, José Serafim Abrantes, e os conselheiros Mauro Nóbrega, Daniel Salgueiro da Silva, Alcedino Gomes Barbosa, Martônio Alves Coelho e Gil Nazareno Losso.

Entre os palestrantes, os deputados Germano Rigotto, Pedro Eugênio e José Pimentel.

**CFC EDUCAÇÃO CONTINUADA****Pós-graduação diploma 56 Contabilistas**

O Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), entregou certificados aos 56 concluintes do V Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, turma 1999/2000. A cerimônia foi realizada no último dia 31 de outubro, no auditório do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPE.

Receberam seus diplomas os seguintes Contabilistas: Aginaldo Ferreira da Silva, Almir Dias de Souza,

Ana Maria da Conceição Souza, André Carlos da Silva, Carlos André de Arruda Falcão, Hermes Cavalcanti de Araújo,IVALDO ANDRADE DA SILVA, João Arlindo de Santana, João José da Silva, Eduardo Gomes da Costa, Eduardo Jorge Pyrrho Barbosa, Evaldo Vieira de Souza, Jorge Pinto Paiva, José Augusto Ferreira Nunes, José Peregrino Neto, Márcia Josienne Monteiro Chacon, Paulo de Tarso Gonçalves Dias, Paulo Sérgio Bezerra, Rômulo Augusto Soares do Carmo e Vera Lúcia Ramos de Souza.

**CFC ELEIÇÕES****Conselhos de Contabilidade renovam 2/3 dos plenários em clima de tranquilidade**

As eleições para a renovação de 2/3 (dois terços) da composição plenária dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade, realizadas no último dia 8 de novembro, transcorreram em clima de tranquilidade.

Até o dia 23 de novembro, prazo regimental para a interposição de recursos ao plenário do CFC, não foi recebido nenhum pedido de impugnação dos pleitos realizados nos estados.

O resultado das eleições nos CRCs deverá ser publicado no início de dezembro nos Diários Oficiais dos estados.

Nos dias 29 e 30 de novembro, em Brasília, foram eleitos 2/3 do plenário do Conselho Federal de Contabilidade, correspondentes a 10 conselheiros efetivos e 10 suplentes, sendo 7 Contadores efetivos e 7 Contadores suplentes e 3 Técnicos em Contabilidade efetivos e 3 Técnicos em Contabilidade suplentes.

Os mandatos correspondentes a esses 2/3 serão encerrados no próximo dia 31 de dezembro.

Os eleitos serão empossados na primeira sessão plenária de 2002.



Eleições no CRCDF

**CFC NOTÍCIAS CONTÁBEIS****JOGOS ABERTOS**

Delegações de 17 cidades paranaenses participaram da IX edição dos Jogos Abertos dos Contabilistas do Paraná (Jocopar), que foram realizados em Maringá, de 14 a 17 de novembro. A maior delegação foi a de Curitiba com 64 inscritos, seguida de Londrina com 61, e Maringá com 50.

Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Santo Antônio do Sudoeste, Toledo, Umuarama e União da Vitória foram outras cidades do Paraná que disputaram as 13 modalidades esportivas: futebol suíço (categoria livre, master e sênior), futebol de salão, tênis de mesa, tênis de campo, vôlei de areia, bolão, bocha, truco, tranca/canastra, sinuca e xadrez.

O Jocopar é promovido pelo Sindicato dos Contabilistas de Maringá, com apoio do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Paraná (Sescap), Federação dos Contabilistas do Paraná e Conselho Regional de Contabilidade do Paraná.

**ETHOS LANÇA MANUAL**

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o Conselho de Cidadania do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo e o Grupo Santander Banespa, com o apoio da Fundação Cultural Promon, lançaram, no dia 20 de novembro, o manual **O que as Empresas podem fazer pela Reabilitação do Preso**, desenvolvido em parceria com o professor e doutor Roberto da Silva.

Mais do que discutir e apresentar exemplos práticos sobre como as empresas socialmente responsáveis podem apoiar iniciativas que promovam a reabilitação da comunidade carcerária, o manual apresenta-se como uma iniciativa capaz de mobilizar os diversos setores da sociedade nessa discussão.

**ROUBO E PERDA DE CHEQUES**

A Serasa possui um serviço 24 horas de informações sobre cheques roubados e extraviados. Quem perder o talão de cheques ou for assaltado deve entrar em contato com o serviço de informações Recheque, administrado pela Serasa, com exclusiva cobertura nacional. O serviço funciona de segunda a segunda e nos feriados, 24 horas por dia. O correntista que tiver os talões de cheques roubados ou extraviados pode registrar, gratuitamente, a ocorrência diretamente na Serasa, a qualquer hora e de qualquer lugar do Brasil, pelo telefone (11) 232-0137.

**GREVE DO INSS**

Mesmo com a greve dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), existem benefícios que podem ser obtidos por meio da internet ou dos Correios. São eles: a pensão por morte, o salário-maternidade e o auxílio-doença.

Pela internet, é possível protocolar o salário-maternidade e o auxílio-doença para funcionários de empresas e a pensão por morte, se o segurado falecido tiver sido aposentado. Para isso, o interessado deverá acessar a página da Previdência no seguinte endereço: [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br).

**FUMANTE PAGA MAIS**

Você sabia que ser gordo, fumante e não doar sangue vai pesar no seu bolso na hora de contratar um seguro de vida? É que as seguradoras vão começar, em breve, a vender os produtos com o perfil do cliente, como já ocorre com o seguro do carro.

Por enquanto, a única empresa que oferece esse tipo de seguro no Brasil é a MetLife; mais quatro seguradoras brasileiras já estão estudando as mudanças.

**INADIMPLÊNCIA**

O volume de cheques devolvidos por falta de fundos (em relação ao total de compensados), de janeiro a setembro de 2001, aumentou 30% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo estudo nacional da Serasa. No acumulado de janeiro a setembro de 2001, foram devolvidos, em média, 12,9 cheques em cada mil compensados.

No mesmo período do ano passado, a média foi de 9,9 devoluções a cada mil cheques compensados. Em setembro deste ano, o total de cheques devolvidos registrou a marca de 13,7 cheques a cada mil compensados. A variação indicou uma alta de 47,3% em comparação com setembro do ano passado.

**CRÉDITOS DO ICMS**

O Fisco contabiliza mais uma vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) na queda de braço travada com os contribuintes sobre a correção monetária de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Dessa vez, o ministro Carlos Velloso acolheu os argumentos do Estado do Rio Grande do Sul e reformou decisões anteriores. Essas decisões haviam autorizado a atualização de créditos excedentes do imposto.

A Fazenda Pública estadual recorreu ao Supremo Tribunal Federal contra acórdãos que beneficiaram a Cooperativa Tritícola Superense e a Planensat Indústria Eletrônica de Tecnologia para Satélite, ambas do Rio Grande do Sul, e reconheceram o direito à correção monetária dos créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

O Estado do Rio Grande do Sul alegou ofensa aos artigos 5 e 155 da Constituição Federal.

Os dispositivos tratam, respectivamente, dos princípios da igualdade e da não-cumulatividade.

**CENTRO DE CULTURA**

O CRCRS inaugurou no dia 1º de novembro, em Porto Alegre, o Centro de Cultura Contador Dr. Olivio Koliver. O Centro fica na Rua Barão do Gravataí, 301, e lá funcionam a Biblioteca do CRCRS e a Sala do Contabilista. No mesmo local, serão desenvolvidos os projetos da área da Educação Continuada e o programa de Educação a Distância.

**CNDs PRORROGADAS**

O INSS está prorrogando a validade das Certidões Negativas de Débito (CNDs) e das Certidões Positivas de Débito com Efeitos de Negativa para 6 de dezembro. O objetivo é evitar que as empresas que necessitam do documento sejam prejudicadas com a paralisação dos servidores, pois, com a prorrogação, elas não precisam procurar o INSS para renovar o documento. A CND é um documento emitido pela Previdência Social que comprova que a empresa está em dia com as contribuições previdenciárias. Muitas necessitam da Certidão para participar de licitações, por exemplo.

**BALANÇO SOCIAL**

O Balanço Social já é hoje um pré-requisito para a liberação de crédito nas instituições financeiras internacionais. A constatação é da gerente de relações empresariais do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Cristina Murachco. O Instituto Ethos é uma organização que auxilia empresas a se envolverem com o Terceiro Setor.

Segundo Cristina, as empresas já evoluíram da mera relação com acionistas, funcionários e clientes e hoje precisam interagir com outras entidades, como Governo, meio ambiente e sociedade, inclusive para obter financiamentos.

**CFC CALENDÁRIO CONTÁBIL**

**Brasília-DF** – No dia 11 de dezembro, na sede do CFC, será realizada a Reunião de Presidentes; nos dias 12 e 13, serão realizadas as Reuniões das Câmaras; e nos dias 13 e 14, a Reunião Plenária.

**João Pessoa-PB** – Nos dias 7 e 8 de dezembro, nos salões do Hotel Ouro Branco, será realizado o I Simpósio de Perícia Contábil do Estado da Paraíba (Simpercon). O evento terá o apoio do CRCPB, do Centro de Ensino, Consultoria e Pesquisa e será realizado

pela Associação de Peritos Contadores do Estado da Paraíba.

**ACONTECEU**

**Campina Grande-PB** – Entre os dias 12 e 14 de novembro, foi realizado, no Teatro Municipal Severino Cabral, o 4º Seminário Acadêmico de Ciências Contábeis.

**Ji-Paraná-RO** – Nos dias 15 e 16 de novembro, no auditório da ULBRA, o Conselho Regional de Rondônia, com

apoio do Conselho Federal de Contabilidade, realizou o II Encontro das Contabilistas de Rondônia. O tema escolhido para discussão foi “Responsabilidade e Compromisso”. A palestra de abertura foi feita pela presidente do CRCAL, Maria Clara Cavalcante Bugarim.

**São Pedro da Aldeia-RJ** – No dia 23 de novembro, foi realizado o V Encontro de Contabilistas da Região Litorânea (ENCON), coordenado pela Associação dos Contabilistas de São

Pedro da Aldeia, com o apoio das Associações dos Contabilistas de Araruama, Arraial do Cabo, Armação de Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, Macaé, Rio Bonito, Rio das Ostras e Saquarema.

**Recife-PE** – Entre os dias 25 e 29 de novembro, no auditório do Tribunal Regional Federal, foi realizado o Congresso Internacional de Resolução Privada de Disputas, que discutiu o tema “A Arbitragem e a Mediação no Contexto Sócio-Econômico do Século XXI”.



**CFC PREFEITURAS****LRF não impede reajuste salarial de servidores públicos**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) vem sendo invocada por dirigentes de órgãos públicos para justificar negativas de reajuste salarial, que está sendo pleiteado por diversas categorias de servidores públicos.

Só para citar um exemplo, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em resposta à reivindicação dos servidores, alega que não pode conceder aumento salarial porque a LRF não permite. Outros administradores públicos também estão usando o mesmo argumento.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, lembra que a LRF é apenas mais uma obrigação séria na gestão dos recursos públicos para os gestores da área pública, a exemplo de tantas outras obrigações que a gestão privada sempre administrou. “Está havendo uma distorção das disposições legais, inseridas na LRF, como pretexto para negar atendimento ao pleito de servidores públicos”, esclarece Serafim.

**MAIS UMA MANOBRA**

Segundo o presidente do CFC, as administrações públicas estão em situação delicada por não terem sido previdentes no passado: “Era prática comum, que a vigência da LRF aboliu, o inchaço do quadro de funcionários em órgãos públicos sem qualquer

planejamento e, muitas vezes, sem necessidades reais. Mesmo respeitando a determinação legal de somente admitir por concurso público, as necessidades reais sempre foram superestimadas. Se fizermos uma comparação entre a produtividade dos servidores públicos e dos funcionários de qualquer empresa da iniciativa privada, vamos constatar que existe uma grande defasagem no setor público, salvo raras exceções”.

O presidente do CFC acredita que esta é mais uma manobra com vistas a pressionar o Governo e os parlamentares a promover alterações na LRF: “A LRF é a única chance que temos de moralizar as contas públicas. Essa Lei veio para impor aos administradores públicos uma norma que todos nós, em nossas casas, e as empresas privadas devemos seguir: só gastar o que temos”.

O CFC está treinando novos profissionais para darem assistência às prefeituras que quiserem se enquadrar nas normas da Lei. Além disso, o CFC vai premiar aqueles gestores públicos que se destacarem no cumprimento das regras, com o Certificado de Gestão Fiscal Responsável.

**GASTANÇA PROIBIDA**

Serafim Abrantes lembra, ainda, que as alterações que uma minoria pretende incluir na LRF são casuístas e relacionam-se com a necessidade de alguns políticos

poderem cumprir promessas de campanha.

“Quanto às alegações de gestores, de que não podem dar aumento a servidores em razão das disposições da LRF, existe sempre a possibilidade de readequação do quadro. O aumento da produtividade,

combinado com a redução do efetivo e melhor treinamento, permitirá que sejam contemplados com reajuste aqueles funcionários de reconhecida dedicação e competência. O que não se pode concordar é com a continuidade da gastança do dinheiro público”.

**GUIA DA LRF É O MAIS ACESSADO NA INTERNET**

O Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal, publicado pelo Conselho Federal de Contabilidade, já em sua quarta edição, é o conteúdo mais baixado no site do BNDES ([www.bndes.gov.br/bancofederativo](http://www.bndes.gov.br/bancofederativo)) sobre a LRF.

Nos meses de setembro e outubro, o Guia já ocupava a terceira colocação entre os *downloads* feitos no portal.

Ao lançar o Guia, o Conselho Federal de Contabilidade apenas deu continuidade à sua política de apoio a esta medida do Governo federal. Mais de 40 mil exemplares do Guia foram distribuídos às prefeituras brasileiras e gestores públicos para facilitar a aplicação da Lei.

Logo depois de lançar o Guia, o Conselho Federal de Contabilidade lançou o Certificado de Gestão Fiscal Responsável, que, a partir do próximo



ano, vai premiar os gestores públicos que melhor aplicarem a LRF.

O Certificado de Gestão Fiscal foi lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no dia 15 de maio deste ano, no auditório do Itamaraty, em Brasília.

**CFC NORMAS DO CFC****Controle externo para auditorias já está vigorando**

Está em vigor, desde o dia 14 de setembro, a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 910/01, que determina o controle externo de qualidade das empresas e Contadores que realizam trabalhos de auditoria.

A norma, chamada de Revisão pelos Pares, prevê que, a cada quatro anos, os auditores tenham o seu trabalho revisado por concorrentes que devem avaliar a qualidade dos procedimentos adotados.

A auditoria contratada deve enviar ao Conselho Federal de Contabilidade um

relatório com as conclusões. As empresas que não atenderem aos padrões estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade poderão ser punidas.

As sanções variam de uma carta de advertência, na primeira revisão, até a suspensão do profissional que tenha a responsabilidade técnica pelo trabalho realizado, em caso de reincidência.

**AMOSTRAGEM**

As dez empresas de auditoria ou

peças físicas com maior número de clientes de capital aberto têm que se submeter à revisão externa até o próximo dia 31 de dezembro.

Para as 50 auditorias ou profissionais classificados imediatamente depois dos dez primeiros citados, o prazo é de 30 de junho de 2002.

Os demais auditores têm até 31 de outubro do próximo ano para se submeterem à revisão.

O trabalho será feito por amostragem e os custos serão cobertos pelas próprias auditorias.

**PROCESSO DE AUDITORIA**

A Revisão pelos Pares é uma norma prevista deste 1999 pela Instrução nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O CFC, assim como o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), que também participou da criação da norma, acreditam que a medida vai tornar mais transparente o processo de auditoria.

Procedimento semelhante já é adotado por auditores de outros países.



Faça agora o seu anúncio no Jornal do CFC

INFORMAÇÕES:  
Tel: (61) 314-9600 - Fax: (61) 226-6547  
[comsocial@cfc.org.br](mailto:comsocial@cfc.org.br)



## CFC ENTREVISTA - ELISEU MARTINS

## Contabilistas devem assumir novo papel na sociedade

“Temos que evoluir com nossas próprias pernas, sem esperar muito dos governos”

Na opinião do professor Eliseu Martins, diretor da Fundação Instituto de Pesquisas, Contabilidade, Atuária e Financeira da Universidade de São Paulo (USP), é importante, neste momento, que os Contabilistas melhorem o seu papel juntamente com os que criam a riqueza, ensinando os gestores a usar instrumentos que os auxiliem em suas decisões.

“Só esse caminho – ensina o professor – pode provocar uma significativa evolução no nosso papel na sociedade, bem como provocar uma melhor percepção, por parte dela, do quão úteis podemos ser”.

Para Eliseu Martins, que também é diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, trabalhar apenas na questão da distribuição da riqueza não é o caminho adequado: “Temos que mostrar que sabemos melhorar a eficiência e a eficácia do processo de criar as riquezas”.

Nesta entrevista ao *Jornal do Conselho Federal de Contabilidade*, o professor e livre docente Eliseu Martins, nascido em Albertina-MG, também dá um sábio conselho aos estudantes de Ciências Contábeis: “Sejam mais ativos, criativos e críticos”.

**Jornal do CFC** - Qual a importância dos cursos de mestrado?

**EM** - O convênio CFC/FIPECAFI está realizando, hoje, cinco cursos de mestrado no Brasil: em Fortaleza, Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá e Curitiba. Ao todo são, aproximadamente, 100 alunos, com uma previsão de aproveitamento final muito boa. Esse projeto é fundamental para a educação contábil no nosso País. A forte maioria dos alunos é composta por professores que, com certeza, irão multiplicar o efeito desses cursos, levando a uma quantidade enorme de estudantes de graduação em Contabilidade o que estão aprendendo de novo ou reforçando o que já conhecem. É a mais rápida e eficaz forma, hoje, de se melhorar a qualidade do ensino contábil e de prover nosso corpo docente de titulação tão escassa no nosso meio. Além disso, esses alunos também estarão tendo condições de melhorar seu desempenho fora do magistério, em suas outras atividades profissionais, já que muitos as têm; com isso, acreditamos, estarão, também, desenvolvendo a prática na nossa área.

**Jornal do CFC** - Falta vontade política do Governo para melhorar a qualidade do ensino no País?

**EM** - É lógico que a vontade política dos governantes poderia, em muito, ajudar o quadro que hoje temos do ensino da Contabilidade no Brasil. Mas as condições financeiras dos governos nos diversos níveis pouco favorecem essa idéia. Além disso, acho que já aprendemos que temos que saber viver, desenvolver e evoluir por nossas



próprias pernas, sem muito esperar do Governo. Assim, a classe, tão grande e forte, pode exercer papel relevante, como o Conselho Federal de Contabilidade vem fazendo com esses e outros cursos. Nossos papéis nas organizações, principalmente nas empresas de certo porte, poderiam também levar a incentivá-las a

participar de programas como esses; nossos Conselhos Regionais, sindicatos e demais associações poderiam investir

mais no longo prazo da profissão, agindo nessa genuína formação profissional para o futuro. Talvez um pouco menos de prédios e um pouco mais de educação possa ajudar a classe na construção do verdadeiro edifício de que precisamos: qualidade no exercício da profissão.

**Jornal do CFC** - Como está a qua-

lidade do ensino de Ciências Contábeis hoje no País?

**EM** - A qualidade média do ensino da Contabilidade no Brasil vem passando por melhoria, mas é ainda extremamente necessitada de um maior desenvolvimento. Temos quase dez mil professores e, aproximadamente, apenas 90 doutores e 300

mestres diplomados. Por aí se vê o quanto esse convênio é relevante no atual momento brasileiro. Por falar nisso,

quero aplaudir a iniciativa do Conselho Federal de Contabilidade neste campo. Sabemos que o CFC vem procurando expandir esta atividade, mas, lamentavelmente, nossa capacidade está esgotada. No entanto, há alguns outros centros brasileiros de qualidade que podem participar desse processo.

**Jornal do CFC** - A Classe Contábil brasileira está preparada para assumir seu verdadeiro lugar na sociedade?

**EM** - Está se preparando para isto. Na minha opinião, ainda temos, no geral, uma visão excessivamente centrada nos aspectos formais, tributários e societários, que são importantes, mas ainda não são suficientes para provocar o reconhecimento da sociedade. É importante que melhoremos nosso papel perante os que criam a riqueza (empresários, empreendedores em geral, gestores), dotando-os e ensinando-os a usar instrumentos que os auxiliem em seu processo decisório. Só esse caminho, a meu ver, pode provocar uma significativa evolução no nosso papel na sociedade, bem como provocar uma melhor percepção, por parte dela, do quão úteis podemos ser. Trabalhar muito centrado na distribuição da riqueza (principalmente a parcela que vai para os governos) não é o caminho adequado; temos que mostrar que sabemos melhorar a eficiência e a eficácia do processo de criá-la. Temos, também, perdido grandes oportunidades, como classe, para mostrar nosso valor. Por exemplo, perdemos quando não insistimos, como classe, que a extinção da correção monetária produziria uma perda de qualidade na informação e na mensuração do resultado. Pelo contrário, acabamos por definir um patamar técnico e totalmente inadequado a partir do qual essa prática deve ser obrigatória. Com isso, estamos hoje produzindo informações incorretas a todos os usuários. Outro exemplo: não conseguimos implantar, pela classe, a utilização do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, que muito têm a contribuir para a melhoria da informação para fins internos e externos à entidade; ficamos esperando que a Lei ou o Comitê de Padrões Contábeis (esse, sim, um dos raros instrumentos que poderemos ter para alavancar a qualidade do nosso produto – a informação contábil – no Brasil, como já o fizeram ou vêm fazendo a Inglaterra, o Canadá, a Alemanha, os Estados Unidos) o façam. Temos evoluído, e isso é bom; mas estamos a passos ainda exageradamente lentos perto do que poderíamos estar

“Os governantes poderiam ajudar muito para melhorar o ensino da Contabilidade no País, mas as condições financeiras dos governos pouco favorecem essa idéia”.



fazendo para melhorar nosso papel, e, com isso, obter o devido reconhecimento da sociedade.

**Jornal do CFC** - Nos últimos quatro anos, o Conselho Federal de Contabilidade implementou política de aproximação com o público e com órgãos governamentais e entidades de serviços, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Esta aproximação está ajudando a mudar a imagem da Classe Contábil?

**EM** - Acredito que essas ações já vêm dando algum fruto; é claro que é um processo extremamente difícil e demorado, mas é totalmente correto. Poderíamos, por exemplo, estar trabalhando no processo da produção das informações do Balanço Social junto com algumas

dessas entidades, principalmente na parte relativa às informações sobre os recursos humanos. Precisamos aprender a prestar contas dele, e não apenas do capital colocado à disposição das entidades; o que é diferente do que vem sendo chamado de Balanço Social no Brasil e que não corresponde à sua ge-

núna aceção no mundo, principalmente na Europa. A Demonstração do Valor Adicionado, já falada, poderia também auxiliar nesse ponto. Mas aplaudo, e de pé, o que já vem sendo feito. O papel do profissional nas prestações de contas em geral (como no caso das campanhas eleitorais) pode ser alavancado mediante essas ações.

**Jornal do CFC** - Em que matérias os professores dos cursos de Ciências Contábeis precisam se especializar?

**EM** - Precisamos melhorar o nosso potencial como provedores de informação para fins de gestão; precisamos conhecer mais de economia, de processo decisório, de comunicação; ter mais cultura geral e conhecer mais o comportamento humano; temos ensinado, aprendido e praticado muito a escrituração contábil e pouco sobre como extrair proveito a partir dos bancos de dados para produzir as informações com as quais podemos construir. A única visão capaz de nos levar a um futuro melhor é conhecer as necessidades dos nossos usuários e saber ensiná-los quando não sabem usar nossas in-

formações; para isso, temos que aprender a pensar como eles, temos que, também, ser gestores.

**Jornal do CFC** - O que as pessoas precisam saber para entender que a Contabilidade é imprescindível em suas vidas?

**EM** - As pessoas só vão aprender a entender a Contabilidade se nós as ensinarmos e lhes dermos exemplos de informações que lhes sejam úteis. Se elas não sabem que a Contabilidade é importante, o erro é nosso, porque não mostramos a utilidade do nosso produto (ou será porque não produzimos produto com qualidade?). Pode, é claro, faltar um pouco de *marketing* do nosso lado, mais iniciativas; mas a pior postura é achar que os outros deveriam dar valor ao que fazemos e ao que somos e eles é que estão errados por não o fazerem. Se há alguém errado nisso, somos nós, que não estamos sendo capazes de mostrar o quão úteis podemos ser ou, então, estamos produzindo algo que efetivamente não é útil às pessoas. Que tal investir mais nessa reflexão e em pesquisas sobre as causas desse crucial problema?

**“Trabalhar apenas na distribuição da riqueza não é o caminho adequado. Temos que mostrar que sabemos melhorar a eficiência do processo de criar esta riqueza”.**

**Jornal do CFC** - Que sugestões o senhor daria aos estudantes de Ciências Contábeis?

**EM** - Aos estudantes de Ciências Contábeis do nosso País tenho a pedir uma coisa: sejam muito críticos em seus cursos, com seus professores, livros e outras fontes de aprendizado.

Nenhum diploma garante nada na vida.

Ter competência técnica para produzir o que se pede não é digno de um profissional de nível superior; há que se ser crítico no que se produz e no que se recebe de

pedido; mais importante: há que se ser crítico no que é necessário aos usuários internos e externos às nossas organizações para se saber do que precisam, antes que peçam.

Para isso, temos que melhorar muito o nosso ensino e o nosso comportamento.

Cobrem tudo de todos, dos professores, dos superiores hierárquicos, das entidades de classe e, principalmente, de vocês mesmos.

Por todas essas razões, dou o seguinte conselho: sejam mais ativos, criativos e críticos.

## CFC IMPOSTOS

# Previdência divulga nova tabela de contribuição do INSS

Caiu mais uma faixa de contribuição da Previdência Social, reduzindo a escala de salários-base para apenas seis classes.

Assim, a partir de dezembro deste ano, os contribuintes individuais e os facultativos, inscritos no INSS até 28 de novembro de 1999, deverão fazer os recolhimentos baseados em uma nova tabela.

Para os contribuintes inscritos após 28 de novembro de 1999, já não existe escala de salários-base. Eles devem contribuir para a Previdência de acordo com a sua remuneração.

## CONTRIBUENTES

O secretário de Previdência Social, Vinícius Carvalho Pinheiro, esclarece que a redução da escala vem sendo implantada desde a aprovação da nova regra de cálculo dos benefícios da Previdência (novembro de 1999), quando existiam dez classes de contribuintes.

Para que o segurado passasse a contribuir pela última classe, o que elevaria o valor de um benefício futuro,

era preciso quase 30 anos. Nessa época, as aposentadorias eram calculadas pelos salários de contribuição dos últimos três anos. Com a nova regra, o benefício passou a ser calculado com base nos 80 maiores salários desde julho de 1994, e a escala está passando por um processo gradual de extinção.

## DESBUROCRATIZAÇÃO

Vinícius Pinheiro ressalta que a eliminação da escala de salários-base permite maior flexibilidade aos contribuintes, desburocratizando o sistema e aumentando o nível de controle.

Dentro de dois anos, a escala será completamente extinta e, a partir daí, os segurados passarão a contribuir de acordo com a sua remuneração.

Quanto maior o valor da contribuição, maior será o valor do benefício.

“Ao adotar regras mais flexíveis, a Previdência busca facilitar a vida dos segurados, filiar mais trabalhadores ao sistema e combater as fraudes”, afirma o secretário.

Com a nova tabela, as classes de um a seis, reunidas em uma só, correspondem a salários-base entre R\$ 180,00 e R\$ 858,00. Aplicando a alíquota de 20%, os valores da contribuição variam de R\$ 36,00 a R\$ 171,60. Os segurados que estão nessas classes podem escolher com que valor vão contribuir.

## EXCLUSÃO DO REFIS

Por motivo de segurança, o INSS enviou apenas no último dia 26 de novembro a “lista negra” das empresas que devem ser excluídas do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) por terem atrasado o pagamento das contribuições correntes ao INSS (quantia devida ao Instituto, mensalmente, independentemente das parcelas negociadas pelo Refis).

O diretor de Arrecadação do INSS, Valdir Moysés Simão, disse que o levantamento de quem pagou as dívidas até o dia 14 de novembro, prazo final concedido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, está sendo feito.

Mas para que nenhuma empresa corra o risco de ser incluída indevidamente, o envio da lista ao Conselho Gestor foi adiado para o dia 26.

“Alguma guia paga na quarta pode demorar um pouco mais para ser registrada. O banco poderia estar *off line*, por exemplo, e a intenção do INSS não é a de prejudicar os contribuintes”, explicou o diretor de Arrecadação, Valdir Moysés Simão.

## VALOR DA DÍVIDA

Até o último dia 21 de novembro, 57 mil das 128,9 mil empresas que aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal estavam correndo o risco de serem excluídas.

Essas empresas deixaram de pagar três contribuições consecutivas ou seis intercaladas ao INSS, o que já caracteriza irregularidade.

O valor aproximado da dívida referente às contribuições correntes é de R\$ 1,5 bilhão, acumulado de fevereiro de 2000, data de adesão ao Programa, a setembro deste ano.

**CFC SERVIÇO PÚBLICO**

## Conip reúne prefeitos e discute informática

Florianópolis, a bela capital de Santa Catarina, vai ser a sede do Congresso de Informática Pública e Encontro de Prefeitos do Cone Sul (Conip Cone Sul). O evento acontece de 9 a 11 de dezembro, no Centro de Convenções da capital catarinense.

Com sete edições já realizadas, o Conip é o principal fórum brasileiro de discussão e apresentação do que há de mais relevante em modernização do serviço público, atendimento ao cidadão e gestão administrativa e de finanças públicas.

O Conip Cone Sul será uma reunião de seminários conduzidos em parceria com diversas organizações da sociedade

civil e do Governo, além de apresentações de palestras temáticas e trabalhos técnicos. Paralelamente, acontecerá o Encontro de Prefeitos, que vai permitir a troca de experiências entre os gestores públicos no que diz respeito a modernização de sistemas de informática e atendimento à população.

### LRF EM DEBATE

Nas palestras temáticas, serão apresentados os seguintes temas: universalização dos serviços, informações e serviços ao cidadão, modernização da gestão pública e redes públicas de comunicação e informação.

Temas de grande interesse para os gestores públicos também serão discutidos em cinco seminários paralelos. Entre os assuntos, o uso da internet no atendimento ao cidadão e nas compras públicas, via leilão eletrônico.

A Lei de Responsabilidade Fiscal também será assunto no Conip. A forma como a nova tecnologia da informação pode contribuir no cumprimento das exigências da LRF será o tema central.

O Conip Cone Sul é promovido por Eventos em Tecnologia da Informação (Ideti), em parceria com a prefeitura de Florianópolis, governo de Santa Catarina, Centro de Informática e Automação do Estado de Santa

Catarina (Ciasc) e Companhia do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Codesc).

As inscrições podem ser feitas por telefone ou via internet até o dia 8 de dezembro. Os números da central de atendimento são (11) 5561-4942 ou 0800-103336. O endereço eletrônico é [www.conip.com.br](http://www.conip.com.br) e o e-mail para dúvidas ou outras informações é [conip@sucesusp.com.br](mailto:conip@sucesusp.com.br).

A taxa para inscrição individual é de R\$ 300,00. Os representantes de entidades podem pagar R\$ 750,00, com direito a três credenciais, ou R\$ 1.000,00, com direito a cinco credenciais.

**CFC LIVROS**

## Como tomar decisões na gestão pública

É cada vez maior a dependência dos cidadãos em relação ao serviço público. Os governos, por seu turno, alegam possuir verbas limitadas para atender a todas as necessidades da população. Em tempos de recursos escassos, a Auditoria Operacional apresenta-se como uma ferramenta fundamental para uma administração eficiente e eficaz.

No livro *Introdução à Auditoria Operacional*, o Contador Inaldo da Paixão Santos Araújo oferece subsídios para uma adequada tomada de decisões, principalmente na gestão pública, visando à melhoria da ação dos órgãos e entidades governamentais.

De acordo com o autor, a idéia do livro surgiu devido à percepção da ausência de um trabalho esclarecedor sobre a Auditoria Operacional do setor público no Brasil.

A intenção é otimizar a dinâmica e estimular os debates sobre a Auditoria Operacional no setor público e privado, a partir da discussão do processo do planejamento, execução, relatório e acompanhamento, com apresentação de casos práticos em alguns setores da administração pública.

Inaldo da Paixão Santos Araújo é graduado em Ciências Contábeis e pós-graduado em auditoria governamental, metodologia e didática para o ensino superior e administração pública.



O autor é mestrando em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu e professor universitário e de cursos de pós-graduação. *Introdução à Auditoria Operacional* é um lançamento Coleção FGV Prática.

**CFC PROFISSIONALISMO**

## CFC promove integração entre empregados

Com o objetivo de obter uma maior produtividade dos seus mais de 80 empregados, o Conselho Federal de Contabilidade promoveu, em novembro, um programa de integração entre seus servidores. O trabalho foi realizado em uma chácara, nos arredores de Brasília, e teve a coordenação do Instituto de Integração Homem-Trabalho.

O programa foi desenvolvido por meio de jogos, dinâmicas contextualizadas e reflexões sobre a re-

alidade profissional dos participantes, de forma a levá-los a uma análise crítica do papel e da influência de cada um sobre seu ambiente de trabalho e sobre as pessoas com as quais se relacionam.

Durante todo o dia, os servidores do Conselho Federal de Contabilidade trabalharam os seguintes aspectos: o relacionamento interpessoal, o trabalho em equipe, a liderança, planejamento, comunicação, o saber ouvir, a confiança, a tomada de decisão e a negociação.



Empregados do CFC durante o trabalho de integração



## CFC MERCADO DE CAPITAIS

## Nova Lei das S.A. beneficia minoritários e fortalece a CVM

A nova Lei das Sociedades por Ações, sancionada no dia 31 de outubro, concede maiores direitos aos acionistas minoritários e preferencialistas e aumenta os poderes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A sanção veio acompanhada de uma Medida Provisória e de um decreto-lei que garantem o fortalecimento da CVM, o xerife do mercado de capitais.

O Governo federal fez, ao todo, 17

telefonias. No entanto, o Governo vetou o artigo que permitiria estender esse direito aos preferencialistas, conhecido no mercado como *tag-along*.

## ARTIGOS VETADOS

Os vetos mais importantes retiraram os artigos que permitiam a acionistas minoritários convocarem assembleia em casos de conflitos de interesses, nomeando árbitro para resolver o problema.

Também foram vetados os artigos que possibilitavam aos minoritários, em comum acordo com os controladores, escolher o terceiro integrante do Conselho Fiscal – os controladores já escolhem um dos diretores, e o outro é apontado pelos minoritários. O artigo que dava direito a voto em assembleia aos detentores de ação preferencial também foi vetado pelo Governo.

Outro veto importante retirou da lei aprovada no Congresso o artigo que proibia recurso a decisões unânimes da CVM. Foi vetado, também, o artigo que exigia a composição de

dois terços do Conselho de Administração com residentes no País.

## TRANSPARÊNCIA

Apesar de tantos vetos, a nova Lei traz novidades quanto à transparência para as companhias abertas e consolidação do mercado de ações. A lei inclui em sua regulação os derivativos, como opções e futuros, e caracteriza os crimes contra o mercado de capitais, como a manipulação de informação, o uso indevido de informação privilegiada e o exercício irregular de cargo no mercado. Esses crimes são sujeitos a punições que variam de multa a até oito anos de reclusão.

A nova Lei das S.A. determina, ainda, que novas empresas que abrirem o capital não poderão ter ações preferenciais em maior número que as ações ordinárias com direito a voto. Os preferencialistas terão assegurado o direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente a, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ou receber, pelo menos, 10% a mais que cada ação ordinária, nas ações preferenciais; ou, ainda, serem incluídas nas ofertas públicas de alienação e

controle.

Um dos pontos mais polêmicos, considerado como um dos seus maiores avanços, diz respeito ao fechamento de capital: os controladores, de agora em diante, serão obrigados a garantir o pagamento de preço justo ao mercado, pelo menos igual ao preço de avaliação da companhia. Também foram aprovadas medidas para aumentar a transparência das companhias abertas.

## JUSTIFICATIVA

O veto do Governo ao artigo que permitia acesso do CFC aos papéis de trabalho foi baseado no seguinte argumento: “A questão que se apresenta

é que, diferentemente das instituições fiscalizadoras do mercado financeiro e de capitais (CVM e Banco Central), os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade não estão adstritos às normas de sigilo a que estão sujeitos os citados órgãos fiscalizadores, colocando, portanto, em risco segredos fundamentais dos negócios, o que poderia ser utilizado pelos fiscalizados como argumento para não exporem – como necessário – toda a documentação exigida para o bom desempenho da função dos referidos órgãos”.

O artigo, neste caso, aprovado pelo



Deputado Antônio Kandir, relator da Lei das S.A.

Congresso Nacional e depois vetado pelo presidente em exercício, Marco Maciel, alterava o parágrafo 5º do artigo 26 da Constituição.

A proposta para que os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade tivessem acesso aos papéis de trabalho foi apresentada durante a fase de discussão da Lei das S.A. nas Comissões da Câmara pelos representantes do Conselho Federal de Contabilidade.

Após muita discussão, inclusive com técnicos do Bacen e da CVM, a proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional.

## FIM DA CPMF PARA O MERCADO DE CAPITAIS

Antes do final do ano, o Governo federal deverá enviar ao Congresso Nacional projeto de isenção da CPMF para aplicação em Bolsas de Valores. A medida foi garantida na segunda semana de novembro pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. O objetivo do Governo seria estimular o mercado de capitais no País.

“O próximo passo do Governo é retirar a incidência da CPMF sobre as Bolsas de Valores, e assim resolver o impasse criado pela decisão do Governo de tributar em 20% os ganhos com ações”, afirmou o primeiro relator do projeto da Lei das S.A., deputado Emerson Kapaz (PPS-SP).

O outro relator da lei no Congresso, deputado Antônio Kandir (PSDB-SP), acha que “as vantagens para os minoritários e a conquista da

independência para a CVM foram as condições necessárias para o fortalecimento do mercado de capitais. Agora, é preciso o fim da CPMF para o mercado de capitais, a melhoria da legislação tributária sobre ganhos de capital, uma melhor conjuntura econômica e incentivos aos investidores institucionais”.

Embora se queixem de alguns vetos, os dois deputados ficaram satisfeitos com a nova Lei. Para Kandir, a decisão de vetar o artigo que proibia recursos às decisões unânimes da CVM até melhorou o Projeto.

Kapaz lamentou a retirada dos artigos que permitiam aos acionistas minoritários maior influência na escolha dos integrantes do Conselho Fiscal. “Não há por que os controladores terem maioria no conselho que fiscaliza atos de gestão”, afirmou.



Deputado Emerson Kapaz, relator da Lei das S.A.

vetos, que atingiram 50 pontos da Lei aprovada no Congresso Nacional – dois terços dos vetos referem-se aos novos poderes da CVM. Os vetos foram restabelecidos pela MP e pelo decreto.

A própria Presidência da República explicou que os vetos foram necessários porque a lei aprovada pelo Congresso, de iniciativa do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), criava cargos e estruturas no Executivo, como o Comitê de Padrões Contábeis (CPC). A função de criar cargos e estruturas é, segundo o parágrafo I do artigo 61 da Constituição, exclusiva do Presidente da República. A criação do CPC foi vetada e não foi restaurada pela MP ou pelo decreto-lei.

O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da apresentação de uma emenda supressiva ao artigo 27-A do projeto que criava o CPC, já havia advertido os parlamentares sobre a inconstitucionalidade da proposta.

Um dos principais pontos do projeto é a garantia aos acionistas minoritários, em caso de venda da companhia, de receber 80% do valor pago ao detentor do bloco de ações de controle da empresa. A medida restabelece, em parte, um direito retirado em 1997 no processo de privatização das estatais de

## CFC ARTIGO

## Pela socialização do conhecimento

&gt; José Serafim Abrantes (\*)

Existem médicos que não sabem como aplicar uma injeção, mas que lêem um exame de ressonância magnética com uma sabedoria socrática. Também existem professores de História que não têm capacidade de articular uma frase completa sobre a atual crise argentina, como se ela (a crise) não viesse a fazer parte da história daquele país; no entanto, esses mesmos professores sabem tudo sobre as Guerras do Paraguai e a das Malvinas.

Esses dois exemplos, é claro, são apenas metáforas, mas podem explicar o porquê da qualidade ruim dos serviços prestados à população por profissionais das mais diversas áreas de atuação. Devido à superpopulação dos países, à globalização da economia, o ensino no mundo fatiou o conhecimento, criando inúmeras especializações de um mesmo ramo de atividade. O resultado está à vista de todos. Pior não poderia ser.

Entramos em um novo século sentindo-nos mais responsáveis pelo futuro do planeta. Há alguma coisa no ar além dos habituais aviões de carreira. Notamos que a humanidade procura algo além do já existente para resolver suas dificuldades. Parece que chegou ao fim a velha dicotomia que nos obrigava a aceitar um sistema e a odiar o outro. É o fim dos heróis e vilões criados por Hollywood. Chegou a hora de pensar, falar e agir tendo como meta a melhoria do padrão de vida de todos os habitantes do planeta; chegou a hora de universalizar os conhecimentos e as riquezas.

## CONHECIMENTO

É com este entusiasmo que nós, do ramo da Contabilidade, esperamos pelo futuro Governo, a ser eleito no próximo ano. E é com uma esperança maior ainda que esperamos que este futuro Governo trabalhe o ensino no País, nossa maior preocupação.

De nada adiantam *shoppings* limpos, modernos e arejados, ao lado de fábricas limpas, modernas e arejadas, e um povo sobrevivendo nos subterrâneos, burramente sentados em livros repletos de sabedoria mas sem nenhuma utilidade.

Só existe um caminho para superar as atuais dificuldades dos governos e da sociedade de um modo geral: a universalização do conhecimento e a educação continuada.

Como bem lembrou o professor Cristovam Buarque, em artigo neste mesmo jornal publicado no dia 22 de agosto de 2001, sob o título "Escola Brasil", hoje, com pouco tempo de formado, os conhecimentos do professor

já estarão superados amanhã, nos conteúdos e nos métodos de ensino.

Tomara que o próximo ministro da Educação do Brasil continue a obra iniciada por Paulo Renato Souza, que, temos certeza, também confia na ampliação da visão de estudantes e professores.

O trabalho do MEC caminha bem.



Senão, vejamos: no quadriênio 95/99, a taxa de evasão escolar no ensino fundamental era de 5,3%. Entre 1999 e 2000, a taxa baixou para 4,8%. Em 2001, deverá baixar mais ainda. A taxa de repetência no primeiro Governo FHC era de 30,2%. Graças aos programas bem orientados do MEC, a taxa caiu para 21,6% no final do ano passado.

Hoje, temos 800 mil crianças entre 7 e 14 anos de idade fora da escola (3% do total de crianças em idade escolar). Em 1994, eram 2,1 milhões (7,3%).

Para sustentar este trabalho, o MEC conta com programas que, obrigatoriamente, deverão ter continuidade no próximo Governo, como o Bolsa-Escola, que vai

beneficiar mais de 10 milhões de alunos e seis milhões de famílias; o Recomeço, do Ensino Supletivo; o Família na Escola, que superou as expectativas no último dia 24 de abril, levando aos colégios pais que sequer sabiam o caminho da escola do filho; o FIES, que financia até 70% das mensalidades de alunos de escolas particulares de ensino superior; o Exame

brasileiros a mesma oportunidade de aprendizado com alta qualidade. Escola, hoje, tem que ter computador, internet e professores qualificados e atualizados.

Todos os países hiperdesenvolvidos do mundo transformaram suas economias interna e externa investindo tudo o que podiam em educação. Nós temos mais de 50 milhões de pobres vivendo em condições de absoluta miséria, sem acesso a emprego, a escola, a uma vida decente e digna.

## DIREITOS FUNDAMENTAIS

O pobre quer apenas uma oportunidade para poder extrapolar suas qualidades, seus talentos, sua criatividade; quer apenas se sentir digno; quer ter oportunidade de poder fazer seus direitos fundamentais serem reconhecidos. É o que todos queremos.

De nossa parte, da Classe Contábil, estamos fazendo um esforço muito grande para dar um exemplo no que se refere ao ensino contábil. É o nosso grande desafio.

Estamos fazendo convênios com as melhores universidades brasileiras para a implantação de cursos de pós-graduação dirigidos a profissionais e professores.

Já temos cursos funcionando e alunos se formando em cinco estados. Implantamos cursos de educação a distância, via satélite, nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Realizamos encontros, seminários e congressos, mensalmente, nas quatro regiões do Brasil, justamente para ampliar a visão do nosso profissional.

## VONTADE DE TODOS

Sabemos que o próximo Governo estará fadado ao completo fracasso se não investir pesado na socialização do conhecimento humano, na pesquisa científica e na tecnologia de ponta.

É isto que, com certeza, cerca de 400 mil Contabilistas brasileiros querem. Sem educação não há como exercer a cidadania, a Responsabilidade Social, como dividir os ganhos e as riquezas, como amenizar os sofrimentos.

É na escola que aprendemos a dividir, não só o conhecimento, mas a riqueza das amizades.

É pela comunidade como um todo que devemos trabalhar. Não poderemos, jamais, dormir com a consciência tranqüila sabendo que deixamos de ajudar o próximo porque fomos incompetentes no lidar com a educação.

\*é presidente do Conselho Federal de Contabilidade

**“O próximo Governo será um fracasso completo se não investir pesado na socialização do conhecimento humano, na pesquisa e na tecnologia”.**

Nacional do Ensino Médio, o ENEM; o Exame Nacional de Cursos, o Provão.

Enfim, devemos esperar não apenas a continuidade desses ótimos programas, mas, acima de tudo, muito além de obras físicas, devemos esperar que o próximo Governo tenha vontade política para transformar este País, universalizando o ensino, dando educação continuada ao

formando e, principalmente, ao professor.

Para isto, será necessário muito investimento (intelectual, moral e financeiro); chegou a hora de os governantes interromperem sua busca de votos por meio de

obras monumentais, viadutos e festas populares mirabolantes.

Será necessário dar a todos os



## CFC TRIBUTAÇÃO

## CFC luta contra projeto que cria novo imposto

O Conselho Federal de Contabilidade entregou ao deputado Pedro Eugênio (PT-PE) um estudo sobre o Projeto de Lei nº 1.034/99, de autoria do deputado Mussa Demes (PFL-PI), que altera o atual tratamento tributário aplicável aos lucros distribuídos e ao pagamento de juros sobre o capital próprio. O deputado Pedro Eugênio é o relator do projeto na Comissão de Finanças da Câmara.

O Projeto apresentado por Mussa Demes propõe que os lucros e dividendos, “calculados com base nos resultados apurados a partir de janeiro de 2000, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a pessoa física ou jurídica domiciliada no País ou no exterior, estão sujeitos à incidência do imposto, exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% na data do pagamento ou crédito ao beneficiário”.

O estudo sobre o Projeto foi entregue pessoalmente ao deputado pelo presidente do CFC, contador José Serafim Abrantes, pela conselheira Marta Arakaki e pelo assessor parlamentar do Conselho, José Maria Eymael.

Segundo o presidente Serafim, a aprovação deste projeto poderá representar “um enorme retrocesso, desestimulando os investimentos produtivos internos e externos com a fuga dos investidores, mais desempregos, recessão e prejuízos, principalmente para os trabalhadores”.

A conselheira Marta Arakaki lembrou que o atual tratamento de isenção dos lucros distribuídos por pessoas jurídicas representou um avanço na legislação tributária brasileira em relação às normas que vigoravam até a edição da Lei nº 9.249/95. “Esta isenção não prejudica os cofres públicos porque segue a tendência mundial de aplicação do Princípio da Integração da

Tributação entre pessoas físicas ou jurídicas. Por este princípio, considera-se que se o lucro já foi tributado na pessoa jurídica, não há razão para que sofra nova incidência de imposto de renda na distribuição aos sócios e acionistas”, disse a tributarista ao deputado.

Ainda em novembro, o deputado Pedro Eugênio realizou uma audiência pública na Comissão de Finanças para debater o projeto. Participaram



O presidente Serafim e o deputado Pedro Eugênio

representantes do CFC, da Federação Brasileira de Bancos, da Confederação Nacional das Indústrias, da Receita Federal e da Comissão de Valores Mobiliários. Para o deputado, “o Congresso Nacional deve trabalhar agora na perspectiva de uma ampla reforma tributária”.

O presidente Serafim lembrou ao deputado que está estudando esta proposta no Grupo de Estudos Tributários criado pelo CFC.

## UNIVERSALIZAÇÃO DO SIMPLES

O deputado Pedro Eugênio também está lutando para estender o Simples às empresas de serviços, com apoio do

Conselho Federal de Contabilidade. A maior barreira encontrada tanto pelo deputado Eugênio quanto por seus colegas que defendem a proposta é o INSS. Segundo o Ministério da Previdência, a extensão do Simples provocaria uma queda na arrecadação do INSS.

O deputado Pedro Eugênio defendeu que todas as propostas de universalização do Simples fossem

reunidas em uma só, para facilitar a tramitação no Congresso e conseguir apoio de toda a sociedade. Esta tese também é defendida por deputados como Marcos Cintra (PFL-SP) e Augusto Nardes (PPB-RS). Este último apresentou, em novembro de 1997, o PL nº 3.762A, que faculta aos escritórios de Contabilidade a opção pelo Simples, previsto no inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1966, desde que respeitados os limites

estabelecidos no artigo 2º da mesma Lei. Este projeto está aguardando parecer na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

## RECURSO AO STF

No dia 7 de novembro passado, foi protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) contra a exclusão das empresas de serviços do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples). A ADIn foi assinada pelo presidente do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), deputado federal constituinte José Maria Eymael, pelo deputado federal Fernando Zuppo, líder do PSDC na Câmara e pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis, de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

Para Eymael, “a exclusão das empresas do setor de prestação de serviços do sistema Simples além de ser uma injustiça, desrespeita o artigo 150, inciso II, da Constituição Federal, que proíbe o tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, e o artigo 179, que determina tratamento tributário diferenciado para as micro e pequenas empresas, sem fazer distinção em razão do ramo de atividade”.

O presidente da Fenacon, Contador Pedro Coelho Neto, acredita na vitória: “É tão flagrante, tão aberrante a afronta à Constituição, que acreditamos firmemente que a ADIn seja plenamente acolhida pelo STF”.

## IR DE EMPRESA DE SERVIÇO PODE SUBIR 40%

As empresas prestadoras de serviço terão que pagar 10% de imposto de renda no cálculo do lucro presumido (lucro bruto) para que o Governo possa implantar a nova tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, apresentou, no último dia 13 de novembro, aos membros da Comissão Mista do Orçamento, as projeções feitas pelo Governo para correção da tabela que passa a vigorar a partir do ano que vem, se for aprovada no Congresso.

A nova tabela isenta quem ganha até R\$ 1 mil tributáveis (descontados INSS e dependentes) e taxa os salários acima deste patamar em quatro faixas: 15%, 25%, 30% e 35%. O ponto médio da tabela, no qual o contribuinte não terá nem aumento nem queda no valor do

recolhimento, é a faixa de 44 salários mínimos ou R\$ 7.920,00 tributáveis.

## TABELA

Na tabela atual, essa faixa salarial paga R\$ 1.818,00 e na nova tabela pagará R\$ 1.817,00. A faixa média não foi definida por acaso: o salário de um deputado federal é de R\$ 8 mil.

Se ele não puder descontar os dependentes, somente o INSS fará com que a faixa tributável caia para R\$ 7.842,70 e fique abaixo do ponto médio, sem pagar imposto.

A nova tabela do Imposto de Renda ainda está sendo discutida no Congresso Nacional.

Os líderes partidários acreditam que a solução para o problema será adiada para o próximo ano.



O deputado constituinte José Maria Eymael, o presidente Serafim, o deputado Pedro Eugênio e conselheira Marta Arakaki



**CFC SEDE DO CFC**

## Programa de visitas traz estudantes e profissionais a Brasília

Estudantes, profissionais da Contabilidade e visitantes de várias regiões brasileiras estiveram no prédio do CFC, em Brasília, nos meses de setembro e outubro deste ano.

À direita, a fotografia mostra os visitantes do mês conversando com o presidente José Serafim Abrantes, em seu gabinete. São eles, da esquerda para a direita: Ângelo Mocelin, presidente da Federação dos Contabilistas do Paraná; Luiz Carlos Augusto, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São José do Rio Preto-SP; Denise Mariano Garcia, delegada em Iúna-ES; Marcos Alberto Bizerra, delegado em Quixadá-CE, acompanhado de sua esposa, Maria Eliane Bizerra; Lauricério Luiz da Silva, diretor do Sindicato dos Contabilistas de

São José do Rio Preto-SP; e Willion Carlos Reis de Barros, conselheiro do CRCGO.

Aproveitando a visita, a delegada Denise Mariano Garcia entregou uma placa em homenagem ao presidente Serafim. Ele recebeu também, dados sobre a conjuntura econômica da cidade paulista de São José do Rio Preto, entregues pelos visitantes do mês.

### ESTUDANTES

Na foto abaixo, os alunos do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da União Educacional de Brasília (UNEB) visitam o Museu Brasileiro de Contabilidade, instalado



Os visitantes no gabinete do presidente Serafim



Os estudantes visitam o Museu

no 6º andar do edifício-sede do CFC. Eles conheceram, ainda, o plenário, o auditório e a Galeria de Artes.

No plenário, os 20 alunos da UNEB conheceram *in loco* o funcionamento de uma sessão do Conselho Federal de Contabilidade.

Alguns deles manifestaram o desejo de algum dia virem a tornar-se conselheiros do CFC.

Os futuros Contabilistas conheceram, também, as salas onde se realizam as reuniões dos grupos técnico e de

estudos, que são compostos por profissionais representantes de toda a sociedade brasileira.

### VALORIZAÇÃO

O CFC mantém a tradição do programa de visitas porque considera que trazer membros dos CRCs e sindicalistas de outras regiões do País, além de estudantes, para perto das decisões que afetam a Classe Contábil contribui para valorizar o profissional.





# PROMOÇÃO RBC/MASTERMAQ OUTRA VEZ!

A Revista Brasileira de Contabilidade e a Mastermaq convidam você a participar do sorteio de um Fiat Palio 0km, um notebook e um microcomputador. Para concorrer, basta ser assinante da RBC.

Uma classe forte e respeitada nasce de profissionais qualificados e atualizados.



**REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE**  
rbc@cfc.org.br  
**0800-611946**  
Central de Atendimento RBC



**Mastermaq**  
Softwares para um novo tempo  
**Conselho Federal de Contabilidade**